

José Francisco Leal (1744-1786): brasileiro e primeiro professor de matéria médica e arte farmacêutica na Faculdade de Medicina após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra

José Francisco Leal (1744-1786): brazilian and first professor of pharmacy at the Faculty of Medicine after the Pombaline reform of the University of Coimbra

*João Rui Pita*¹

*Victoria Bell*²

*Ana Leonor Pereira*³

RESUMO: José Francisco Leal foi o primeiro professor da disciplina de Matéria Médica e Arte Farmacêutica após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772). Nasceu no Rio de Janeiro e faleceu em Coimbra. Realizou a sua formação médica na Universidade de Coimbra e no estrangeiro e integrou a convite do Marquês de Pombal o primeiro quadro de professores após a reforma da Universidade de 1772. Neste estudo os autores abordam a importância da reforma pombalina da Universidade, em particular os estudos médicos. Incidem em particular na vertente da matéria médica e arte farmacêutica. Posteriormente fazem uma breve biografia de José Francisco Leal salientando a edição póstuma da obra *Instituições ou Elementos de Farmácia* publicada em 1792. Os autores salientam a articulação entre José Francisco Leal e o espírito experimental que revestiu a reforma pombalina dos estudos médicos de 1772.

PALAVRAS-CHAVE: José Francisco Leal. Universidade de Coimbra. Matéria Médica e Arte Farmacêutica. Medicina. Século XVIII

ABSTRACT: José Francisco Leal was the first professor of Matéria Médica and Arte Farmacêutica after Pombal's reform of Coimbra University (1772). He was born in Rio de Janeiro (1744) and died in Coimbra (1786). He undertook his medical studies at Coimbra University as well as abroad. Upon invitation from Marquês de Pombal he became one of the first professors in Coimbra University after the 1772 reform. In this article, the authors will address the importance of Pombal's reform of the University, and its medical studies in particular. Emphasis will be placed on the subjects of Matéria Médica and Arte Farmacêutica. The authors will also present a short biographical note of José Francisco Leal pointing out the posthumous edition of *Instituições ou Elementos de Farmácia*, published in 1792. The relation between José Francisco Leal and the experimental spirit that Pombal's reform imprinted on medical studies, will also be referred to by the authors.

KEYWORDS: José Francisco Leal. University of Coimbra. pharmacy. medicine. XVIII century.

¹ Universidade de Coimbra, Portugal e CEIS20. jrpita@ci.uc.pt.

² Universidade de Coimbra, Portugal e CEIS20. victoriabell@ff.uc.pt.

³ Universidade de Coimbra, Portugal e CEIS20. aleop@ci.uc.pt.

Introdução

José Francisco Leal, foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. É uma figura pouco conhecida da vida científica e médica portuguesa. Contudo o seu nome surge ligado a um dos períodos mais relevantes da vida universitária em Portugal e também da atividade científica portuguesa em finais do século XVIII: a reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772) e respetiva reforma dos estudos médicos.

José Francisco Leal foi o primeiro professor de Matéria Médica e Arte Farmacêutica, disciplina do 1º ano do curso de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, instituída após a reforma da Universidade executada pelo Marquês de Pombal no reinado de D. José. Nesta reforma, datada de 1772, foram promulgados novos estatutos para a Universidade. Esta reforma da Universidade de Coimbra (TORGAL; DIAS, 2015), a então única universidade em Portugal¹, é considerada a reforma que mais impacto terá tido na multissecular Universidade portuguesa (GOMES, 1983) e em particular nas “ciências naturais e filosóficas”, utilizando a expressão dos Estatutos da Universidade de Coimbra (Livro III, 1772, p. 1). Os Estatutos da Universidade de 1772 eram compostos por três volumes ou três livros como se referia. Os dois primeiros eram devotados à teologia, cânones e leis e o terceiro dedicado às ciências naturais e filosóficas. Com esta reforma da Universidade (GOMES, 1972; 1982) foram criadas duas novas Faculdades, de Filosofia e de Matemática, bem como diversos estabelecimentos devotados ao ensino das ciências experimentais. Entre estes estabelecimentos alguns estavam dependentes da Faculdade de Medicina: o Hospital Escolar, o Dispensatório Farmacêutico (que era a botica do Hospital Escolar), bem como o Teatro Anatómico (Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772, Livro III, p. 6 e seguintes).

José Francisco Leal, por ser professor de Matéria Médica e Arte Farmacêutica, tutelou também, por inerência, o Dispensatório Farmacêutico. Entre os professores da Faculdade de Medicina da reforma de 1772, isto é, a que medeia entre 1772 e 1836, José Francisco Leal não é dos mais conhecidos². Contudo, esteve na origem da nova reorganização da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e no lançamento da cadeira de Matéria Médica e Arte Farmacêutica. De José Francisco Leal apenas se conhece

um livro publicado postumamente pela mão do muito conhecido professor, cientista, médico e boticário luso-brasileiro Manuel Joaquim Henriques de Paiva (PITA, 2009).

José Francisco Leal: do Rio de Janeiro para Coimbra

José Francisco Leal nasceu no Rio de Janeiro a 2 de Dezembro de 1744 e faleceu em Coimbra a 13 de Janeiro de 1786, com 41 anos. Era filho de Francisco Correia Leal e de Antónia Teresa de Santana ambos naturais do Rio de Janeiro. Seu Pai era médico, pela Universidade de Coimbra, clínico de reconhecidos méritos, naquela que era então colónia portuguesa do Brasil³.

Em 1763, José Francisco Leal, como acontecia em circunstâncias semelhantes, influenciado por seu Pai foi estudar medicina para Universidade de Coimbra depois de ter obtido educação no Brasil junto dos Padres Jesuítas. José Francisco Leal chegou à cidade de Coimbra para frequentar o ensino médico na Universidade antes da reforma pombalina (PEREIRA; PITA, 1991, p. 5-6). Mais concretamente nove anos antes da promulgação dos Estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra, datados de 1772. Em 26 de Maio de 1765 bacharelou-se e licenciou-se em Filosofia, o que lhe conferiu formação básica para o ensino médico e matriculou-se também em Medicina, com matrículas em 1 de Outubro de 1763, 1765, 1766 e 1767, tendo-se formado em medicina em 4 de Junho de 1768 (BANDEIRA, 1985, p. 428). Faltavam quatro anos para serem publicados os estatutos novos da Universidade isto é os estatutos da Universidade promulgados por vontade do Marquês de Pombal no reinado de D. José e por isso vulgarmente designados por estatutos pombalinos (GOMES, 1972; 1982).

José Francisco Leal não terá ficado muito satisfeito com a formação que obteve na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Encontrava-se desejoso de outras formas do ensino médico e da aprendizagem das ciências, assim se refere na biografia acima citada. Chegou a frequentar uma cadeira de anatomia em Lisboa, que também não o satisfez. Tudo parece indicar que teve boa formação em osteologia mas que não terá ficado satisfeito com a dissecação de cadáveres. Tudo parecia indicar que o seu regresso ao Brasil iria acontecer em breve. Contudo, eventuais leituras que terá feito de Ribeiro Sanches despertaram-lhe interesse por uma formação complementar em locais onde o ensino da

medicina estaria mais avançado do que em Portugal. Pensou permanecer algum tempo em França, em Montpellier, mas tudo indica que o próprio Marquês de Pombal terá tido uma influência determinante na sua deslocação ao estrangeiro ao sugerir-lhe que fosse para países do centro europeu. Viena assumia-se como uma cidade de grande importância para os seus interesses. Antes de chegar a Viena passou por Málaga, Génova e outras cidade e terá mesmo contactado com o famoso médico anatomista Giovanni Battista Morgagni (1682-1771). A sua ambição de contactar com reputados centros de ensino e investigação médica terá sido muita⁴.

Figura 1 - José Francisco Leal



Fonte: Imagem reproduzida na obra LEAL, J.F. **Instituições ou Elementos de Farmácia**. Lisboa: Oficina de António Gomes, 1792

Ribeiro Sanches (1699-1783), que como dissemos terá influenciado José Francisco Leal, natural de Penamacor, depois de uma fugaz passagem pela Universidade de Coimbra e

após formação em medicina na Universidade de Salamanca, Espanha, foi discípulo do famoso Hermann Boerhaave (1668-1783). Com efeito, Ribeiro Sanches permaneceu na famosa escola médica deste clínico holandês, em Leyde (LEMOS, 1911a), antes de se ter fixado na Rússia e posteriormente em Paris (PITA; PEREIRA, 2002). Sanches legou-nos uma valiosa e extensa obra médica e influenciou de modo decisivo a organização do ensino médico realizada pela reforma pombalina da Universidade (LEMOS, 1911b). A obra *Metodo para aprender e estudar a Medicina* (1763) terá sido muito importante para José Francisco Leal e para a sua enorme curiosidade científica para com a medicina⁵.

O complemento da formação médica no centro da Europa

José Francisco Leal estava decidido a contactar com as melhores escolas médicas europeias da época. Na época a escola de Leyde era merecedora de destaque e onde avultava o nome do famoso Hermann Boerhaave. Mas devem-se também referir os seus discípulos espalhados pela Europa e que também eram importantes referências para uma moderna aprendizagem da medicina. Desejoso de conhecer o que era o mais avançado, e que era mais divulgado na época como referência, José Francisco Leal no centro da Europa contactou de perto com Anton de Haen (1704-1776) e com Gerard Van Swieten (1700-1772) ambos holandeses mas que se haviam deslocado para Viena onde exerceram medicina conseguindo grande prestígio e fama.

José Francisco Leal terá estudado com particular ênfase química, botânica e anatomia. Ou seja, três pilares básicos e essenciais da doutrina médica e para o exercício da clínica. A química e a botânica eram decisivas para compreender as matérias-primas necessárias para a preparação dos medicamentos e também para a prescrição médica. A anatomia era fundamental, desde logo, para compreender o corpo humano e como suporte básico para a cirurgia. Recorde-se que na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra as disciplinas dedicadas à matéria médica e à arte farmacêutica, bem como à anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia eram disciplinas dos primeiros anos do curso, disciplinas básicas e que eram fundamentais para o exercício da clínica e de outros ramos da medicina. No estrangeiro José Francisco Leal terá estudado e trabalhado, precisamente, nestes domínios científicos.

José Francisco Leal esteve no estrangeiro cerca de cinco anos. Regressou a Portugal depois do Marquês de Pombal o ter estimulado a regressar ao país onde se formou em Medicina para integrar o corpo docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra após a reforma dos estudos médicos de 1772 que havia sido feita através dos novos Estatutos da Universidade.

A reforma da Universidade de Coimbra de 1772 e o ensino experimental: a matéria médica e a arte farmacêutica

A acção reformista do Marquês de Pombal fez-se sentir com significativa marca na sociedade portuguesa. O ensino não foi excepção e pode considerar-se uma das áreas onde a acção deste Ministro de D. José se operou com maior profundidade impondo nalguns casos uma matriz que se pretendia renovadora.

Em 1772 foram publicados os novos estatutos da Universidade. Iniciava-se com este documento aquilo que foi indicado como "nova fundação"⁶ da Universidade, então a única existente em Portugal. O trabalho de suporte à publicação dos Estatutos pombalinos pode ser visto, por exemplo, num conjunto de documentos relevantes como sejam, por exemplo, a *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)* da autoria do reitor-reformador Francisco de Lemos e o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade (1771)*. Francisco de Lemos (1735-1822), brasileiro de nascimento, foi o reitor da reforma pombalina. Religioso, foi bispo de Coimbra, tornou-se um forte aliado do Marquês de Pombal na reforma dos estudos e da instituição universitária.

Foram muito importantes para as orientações que o Marquês de Pombal queria dar à Universidade de Coimbra os trabalhos da designada Junta de Providência Literária. Esta instituição foi criada por decisão régia a 23 de Dezembro de 1770 e funcionava sob inspecção do Cardeal da Cunha e do próprio Marquês de Pombal. A Junta era composta por sete membros. Entre eles encontrava-se o Reitor da Universidade de Coimbra, Francisco de Lemos. A Junta tinha por objetivo avaliar o estado da Universidade e transmitir ao Rei D. José as suas opiniões de modo a melhorar a Universidade de Coimbra. Assim, foi redigido o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Este livro foi deixado à apreciação régia em 28 de Agosto de 1771. Com uma matriz acentuadamente anti-jesuítica,

o *Compêndio* transmite a necessidade de estimular e de institucionalizar o ensino das ciências e dos cursos científicos. A Junta tinha por objetivo examinar as causas do que no entender dos membros daquela instituição era a "decadência" e a "ruína"⁷ da Universidade. No caso da medicina o *Compêndio* defendia que existisse um ensino onde imperasse o espírito experimental e o ensino no hospital junto do doente. Assim, não é de estranhar, que houvesse uma referência clara de que no ensino médico deveriam existir áreas físicas, estabelecimentos, locais de ensino considerados imprescindíveis. Por isso sugeria-se o investimento no ensino da física, da química, da botânica e da anatomia, consideradas como áreas base de todo o saber médico. Mas para isso eram necessários espaços condigos (*Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1771, p. 332). No que respeita à química o *Compêndio* refere que este domínio do saber era "necessário" e "útil" (*Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1771, p. 317) à medicina. A química era considerada "a Arte de separar os corpos naturais uns dos outros e as suas partes; de purificá-las, compô-las e fazê-las próprias para os usos da Medicina e das necessidades da vida" (*Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1771, p. 317). A química dividia-se, de acordo com o *Compêndio*, em "filosófica" e "farmacêutica" (*Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1771, p. 317) sendo, por isso, uma área fundamental para o estudo da "natureza", das "qualidades" e das "propriedades" dos corpos e para a preparação de medicamentos "saudáveis" e "úteis" (*Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1771, p. 317).

A farmácia era considerada como uma arte que servia de suporte à medicina no que diz respeito à preparação dos medicamentos. O *Compêndio* dava mesmo a definição de ser a "Arte necessária à Medicina para a preparação dos remédios" (*Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1771, p. 318). Por isso era considerada como uma disciplina de "estudo elementar" (*Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1771, p. 317) em estreita e íntima conexão não somente com a química mas também com a botânica. Deve salientar-se que os legisladores da reforma pombalina valorizavam igualmente os estudos de história natural, estando implícita a valorização do conhecimento das matérias-primas vegetais imprescindíveis para a de medicamentos.

O *Compêndio* ao reportar-se à farmácia, à química e à botânica fá-lo numa perspectiva de utilidade daquelas áreas do saber relativamente à medicina, o que veio depois a ser plasmado nos Estatutos da Universidade de 1772. Contudo, no caso da farmácia, esta apresentava-se como um saber científico que o médico deveria dominar mas que implicava a existência de um domínio prático do manipular os medicamentos que deveria ser função do boticário. Ou seja o campo farmacêutico compreendia a vertente da matéria médica (conhecimentos das matérias-primas) e da arte farmacêutica (a sua transformação em medicamentos). Na reforma pombalina, também no ensino médico se fez sentir a valorização do espírito experimental. A prática experimental era também nos estudos médicos, onde se incluíam os estudos farmacêuticos, um dos pilares importantes da renovação da Universidade. Este estímulo pela prática no curso de medicina deveria segundo os legisladores ser feito de acordo com as ideias de Boerhaave. Hermann Boerhaave era, no século XVIII, referência incontestável na formação médica. Essa influência fez-se sentir por toda a Europa (UNDERWOOD, 1977) e claro está pelos países onde se fixavam os seus discípulos como foi o caso de Ribeiro Sanches que passou e se manteve de forma mais consistente em Portugal, Rússia e França. A sua influência foi relevante em Universidades europeias (ALVAREZ MORALES, 1979, p. 159; 1991, p. 225-232). Recorde-se que Boerhaave dava especial ênfase à relação da matemática e da física com o corpo humano, sob inspiração iatromecânica. Mas também que valorizava conhecimentos químicos da época e os conhecimentos de anatomia (LAIN ENTRALGO, 1982, p. 274; LOPEZ PIÑERO, 1985, p. 7).

Em 1772, isto é, cerca de um ano depois da Junta de Providência Literária ter submetido ao rei D. José o seu parecer sobre as artes e ciências em Portugal foi dada força de lei aos Estatutos da Universidade de Coimbra. Recorde-se que aquele parecer era, justamente, o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Por Carta Régia de 28 de Agosto de 1772 o Marquês de Pombal ficou com plenos poderes para reformar a Universidade de Coimbra. Para isso foi nomeado por D. José seu Lugar-Tenente para que desse modo pudesse tomar as medidas que entendia necessárias para reformar a Universidade de Coimbra e para nela "restituir, e restabelecer as Artes, e as Ciências contra as ruínas em que se achavam sepultadas" (Carta Régia de 28 de Agosto de 1772) e

posteriormente foram prorrogados os mesmos plenos poderes (Carta Régia de 6 de Novembro de 1772). Num período marcante e algo tumultuoso na Universidade de Coimbra (VASCONCELOS, 1917), foi também dada força de lei aos novos Estatutos da Universidade, roborados pelo Rei D. José (Carta de Roboração dos Estatutos de 1772)⁸.

Com os Estatutos da Universidade de 1772 foram fundadas duas novas Faculdades. Deste modo a Universidade de Coimbra passou a contar com seis faculdades na sua totalidade: Teologia, Leis, Cânones e Medicina (as antigas) às quais se juntaram Filosofia e de Matemática. Com a reforma pombalina foram fundados estabelecimentos de apoio ao ensino e investigação e outras eventuais funções, tendencialmente valorizadores do espírito experimental. Assim, foram fundados: o Hospital Escolar, o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico, o Gabinete de História Natural, o Gabinete de Física Experimental, o Laboratório Químico, o Jardim Botânico e o Observatório Astronómico.

O terceiro volume dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 é inteiramente dedicado às ciências naturais e filosóficas: Faculdades de Medicina, de Filosofia e de Matemática. A Filosofia dizia respeito a diversos ramos do saber. Estes correspondiam às Faculdades de ciências naturais e filosóficas. A Universidade de Coimbra para além das "ciências positivas" (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 1) ou seja, estudos teológicos e jurídicos, tinha desde então valorizadas as "ciências da razão" (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 1) que constituíam o verdadeiro "corpo da filosofia"(ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 1). De acordo com os Estatutos de 1772, a Filosofia dividia-se em três ramos distintos que se destinavam a outras tantas profissões e atividades: médicos, naturalistas e matemáticos. À medicina cabiam "todas as ciências que pertencem à Filosofia do corpo humano são, e enfermo" "(ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 4). A filosofia natural compreendia o que se encontra na natureza, ou seja, a "História Natural" e deveria relacionar-se com "tudo o mais, que por experiências se tem descoberto acerca das qualidades dos diferentes produtos da mesma Natureza" ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 4-5)⁹. À matemática destinava-se o estudo de "todas as ciências que tratam da quantidade em geral, e particular, com a Teórica mais sublime da Física, que fora de um Curso profundo de Matemática se não pode estudar, nem

entender" (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 4). Para cumprir a programação prevista nos Estatutos de 1772 era necessário construir-se os espaços para esses estabelecimentos, “espaços que dignificassem e valorizassem os ramos do saber que se queriam instituir e desenvolver na Universidade, que albergassem os cientistas, os professores, os alunos e todo o material científico e pedagógico” (PITA, 1996). Mas para dinamizar esses espaços voltados para o ensino experimental na Universidade eram necessários recursos humanos adequados, isto é, pessoas capacitadas para essas funções. O que estava em causa eram recursos materiais e recursos humanos. Para satisfazer estes dois pontos absolutamente incontornáveis, o Marquês de Pombal tomou medidas decisivas: através da Carta Régia de 11 de Outubro de 1772 foram colocados à disposição da Universidade os edifícios do antigo Colégio das Onze Mil Virgens (ou Colégio de Jesus) que havia pertencido à Companhia de Jesus até à sua expulsão de Portugal em 1759. Nele vieram a instalar-se, depois de remodelado, o Hospital Escolar, o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico, o Gabinete de História Natural e o Gabinete de Física Experimental. No edifício em frente, depois de modificado instalou-se o Laboratório Químico. Os edifícios precisavam de obras de adaptação e por isso os estabelecimentos projectados não começaram a funcionar no imediato. O Hospital Escolar, por exemplo, iniciou o seu funcionamento em 1779¹⁰.

Ribeiro Sanches, uma das figuras que mais terá influenciado a redação dos estatutos da Faculdade de Medicina de 1772 era inequívoco quanto à necessidade de existirem locais vocacionados para o ensino experimental da medicina. Para este médico reputado “não somente a teoria da Medicina, mas também a sua prática, estão hoje reduzidas ensinarem-se na Universidade (...) requer o estudo desta ciência que se ensine em um Colégio separado das suas aulas, ou Gerais” (SANCHES, p. 39), isto é, o ensino médico devia ser leccionado em locais específicos. E por isso Ribeiro Sanches indicava que esse local, esse “Colégio”, como refere deveria ser constituído pelos seguintes estabelecimentos: “1. De um Hospital com trinta até cinquenta camas. 2. De um Teatro Anatómico; e de lugar para as preparações anatómicas. 3. De um Jardim espaçoso para a cultura das Plantas e Árvores, com algumas salas onde estarão os Repositórios da História Natural. 4. De um Laboratório Químico. 5. De uma Botica. Sem os quais Estabelecimentos bem servidos e administrados, será inútil

toda a reforma que se fizer nos estudos da Medicina actual" (SANCHES, p. 39)¹¹. Na senda do que Hermann Boerhaave defendia, também Ribeiro Sanches defendia um ensino médico assente numa base experimental.

A Faculdade de Medicina e o ensino médico com a reforma pombalina da Universidade

Os Estatutos da Universidade de 1772 remodelaram o ensino médico. Com a reforma pombalina o curso de medicina passou a constar das seguintes disciplinas: Matéria Médica e Arte Farmacêutica (1º ano); Anatomia, Prática de Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia (2º ano); Instituições Médico-Cirúrgicas (3º ano); Aforismos (4º ano); Primeira Cadeira de Prática (5º ano) e Segunda Cadeira de Prática (6º ano). Isto é: seis disciplinas para seis anos do curso. No caso da Matéria Médica e Arte Farmacêutica os Estatutos pombalinos referem como nome da disciplina Matéria Médica. Contudo, acrescentam que juntamente com o ensino da matéria médica deve ser ministrado o ensino da arte farmacêutica. E esta designação vai surgindo ao longo do texto: Matéria Médica e Arte Farmacêutica ou, por vezes, Matéria Médica e Farmácia. No caso da Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia este é o nome oficial da cadeira surgindo, por vezes, apenas pela designação de Anatomia.

Estas seis disciplinas contavam com outros tantos lentes (professores) diferentes. Elas eram constituídas, na sua maioria, por uma componente teórica e por uma componente prática. Nas disciplinas dos dois primeiros anos, Matéria Médica e Anatomia, bem como nas cadeiras de Prática, o ensino prático, podemos dizer mesmo experimental, era valorizado de modo particular. As cadeiras de Instituições Médico-Cirúrgicas e de Aforismos eram essencialmente teóricos constituindo a base doutrinal do curso médico.

As aulas teóricas eram ministradas no edifício que compreendia as salas de aulas para aulas teóricas umas centenas de metros afastado dos estabelecimentos destinados ao ensino experimental. As aulas práticas eram lecionadas nos estabelecimentos fundados pela reforma pombalina da Universidade. Para a disciplina de Matéria Médica e Arte Farmacêutica estavam destinados o Laboratório Químico, o Jardim Botânico e o Dispensatório Farmacêutico. Neles se aprendiam as operações químicas, os fundamentos botânicos e as operações farmacêuticas destinadas à preparação dos medicamentos. O

Teatro Anatómico servia para apoiar as aulas de Anatomia. As outras disciplinas clínicas eram lecionadas no Hospital Escolar. Cada cadeira era, por vezes, constituída por um conjunto de disciplinas científicas. Nas disciplinas dos dois primeiros anos isso era bem evidente. No caso concreto da disciplina de Matéria Médica e Arte Farmacêutica, a cadeira pertencente ao 1º ano, compreendia o estudo das matérias-primas necessárias à preparação dos medicamentos (matéria médica) e, também, o estudo das técnicas operatórias necessárias para a preparação desses mesmos medicamentos (arte farmacêutica). Era este último ponto o que se destinava a ser o objecto das aulas práticas (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 26-35). Na Anatomia, estudava-se o corpo humano e as aulas práticas eram destinadas à execução de operações cirúrgicas e de operações e técnicas obstetrícias (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 35-45). A disciplina de Instituições Médico-Cirúrgicas reportava-se ao estudo da fisiologia, da patologia, da semiótica, da higiene e da terapêutica, iniciando os alunos a sua prática geral de medicina e de cirurgia no Hospital Escolar (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 45-54). A cadeira de Aforismos era destinada a estudar os aforismos de Hipócrates e de Boerhaave, que se mostravam imprescindíveis, praticando o aluno no hospital (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 55-61). Nos dois últimos anos os alunos praticavam clínica no hospital. Contudo, o 6º ano do curso, ano de graduação superior, isto é, conducente a doutoramento, onde além da prática o aluno deveria repetir as disciplinas do 3º ano e do 4º ano (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 61-72; 113).

A organização do curso médico alterou de modo significativo o que existia antes de 1772. Nos estatutos de 1772, a medicina era a "arte de conservar, e restabelecer a saúde dos homens" (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 17), devendo existir articulação entre teoria e prática clínica. Mas os Estatutos de 1772 também eram cautelosos ao referirem que se por um lado se achava que o "puro empirismo" (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 17) deveria ser afastado dos estudos universitários, também por outro lado, se entendia que o mais "puro racionalismo" (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 17) podia ser, também, prejudicial aos estudos médicos e a outras áreas do saber, nas quais

podemos incluir a área farmacêutica. Assim, os Estatutos referiam que era prudente conseguir uma posição intermédia, o que consideravam como uma medicina "empírico-racional" (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 18), isto é, uma medicina sustentada na teoria e que serviria de suporte ao saber prático e à execução prática. A prática deveria servir para "rectificar, verificar, ampliar, limitar e aperfeiçoar" (ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, vol. 3, p. 18) alguns pontos da teoria. Dos Estatutos da Universidade de 1772 sobressai que esta relação entre teoria e experiência ou entre teoria e prática seria o modo mais prudente e eficaz para se realizar o ensino médico e para se desenvolver a medicina e também, claro está, para a formação de boticários embora para estes fosse reservada com mais intensidade a formação prática.

O regresso de José Francisco Leal a Coimbra e o ingresso no corpo docente da Faculdade de Medicina

Em 1772 a Universidade encontrava-se como mais atrás descrevemos de modo sumário, em particular a Faculdade de Medicina. José Francisco Leal regressou a Portugal em 1772 e a 9 de Outubro desse ano recebeu o grau de doutor pela Universidade de Coimbra. À semelhança de outros professores da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra José Francisco Leal não havia prestado provas de doutoramento nem em Portugal nem no estrangeiro onde esteve vários anos. Contudo, a necessidade de ter um corpo docente qualificado e competente foi determinante para a tomada de decisão dos governantes e das autoridades universitárias para conceder o grau de doutor aos que haviam sido convidados a integrar o corpo docente mas que não eram detentores do grau.

Com efeito, em 9 de Outubro de 1772, José Francisco Leal recebeu o grau de doutor tal como outros docentes contratados na época para professores da Universidade de Coimbra. Era reconhecido nos mais competentes uma equivalência a doutoramento. Na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, juntamente com José Francisco Leal foram conferidos os graus de doutor a outros professores: Simão Gold, Luis Cichi e António José Pereira. A Portaria de 7 de Outubro de 1772, que havia determinado a atribuição dos graus, além daqueles lentes de medicina indicava que receberiam também o grau de doutor o José Joaquim Vieira Godinho, da Faculdade de Leis; Miguel Franzini, Miguel Ciera e José

Monteiro da Rocha na Faculdade de Matemática; e Domingos Vandelli na Faculdade de Filosofia (ALMEIDA, vol. 1, 1937, p. 20)

José Francisco Leal teve uma carreira docente universitária relativamente curta. Foram quatorze anos de docência repartidos por duas cátedras: Matéria Médica e Arte Farmacêutica e Instituições Médico-Cirúrgicas. Quando iniciou a carreira foi nomeado lente de Matéria Médica e Arte Farmacêutica por Portaria de 3 de Outubro de 1772. Manteve-se na disciplina por onze anos — até 1783 (ALMEIDA, vol. 1, 1937, p. 15-16). Em 1783 José Francisco leal foi substituído por Francisco Tavares (1750-1812) na regência da Matéria Médica e Arte Farmacêutica. Francisco Tavares foi um lente prestigiado. Legou-nos muitos tratados de matéria médica, farmácia e hidrologia médica (PITA, 1996, p. 121 e seguintes). Foi o autor da primeira farmacopeia oficial portuguesa — a *Pharmacopeia Geral* editada pela primeira vez em 1794.

José Francisco Leal foi também, como referimos, professor da cátedra de Instituições Médico-Cirúrgicas. Foi nomeado para essa disciplina por Provisão de 29 de Maio de 1776 (BANDEIRA, 1985, pp. 428-429). Esteve em exercício nesta cadeira até ao seu falecimento. Tanto quanto se sabe José Francisco Leal ficou dispensado de alguma carga de trabalho no ensino da cadeira de Matéria Médica e Arte Farmacêutica (disciplina do 1º ano) muito provavelmente por questões de saúde. Tudo parece indicar que José Francisco Leal tinha uma saúde frágil e que se ia degradando com o passar do tempo. Verificámos que mesmo afastado da regência da cátedra de Matéria Médica e Arte Farmacêutica José Francisco Leal continuou a usufruir do vencimento que tinha da Faculdade de Medicina pelo exercício docente nessa disciplina. Justificava-se esta continuidade de recebimento do ordenado pelos bons serviços que havia prestado à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. No seu processo de professor, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra (Arquivo da Universidade de Coimbra – AUC — LEAL, Doutor José Francisco. IV - 1ºD- 6 – 5), são concedidas licenças excepcionais a este professor por razões de saúde. No seu processo de professor informa-se num dado documento, a propósito de uma autorização concedida "para poder estar auzente da mesma Universidade, e convalescer da molestia que padecêo" (Arquivo da Universidade de Coimbra – AUC — LEAL, Doutor José Francisco. IV - 1ºD- 6 – 5), que a Rainha ordenava à Universidade que lhe fosse dada continuidade do seu

vencimento enquanto lente não sendo alterados os seus honorários provenientes da Universidade de Coimbra. No mesmo documento, datado do 4 de Junho de 1783, refere-se que estiveram na base daquela resolução da Rainha circunstâncias particulares, sendo de sublinhar o prestígio alcançado por José Francisco Leal enquanto professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. José Francisco Leal no dia 6 de Agosto de 1785 foi acometido de uma enfermidade súbita. Muito provavelmente um acidente vascular cerebral ou outra patologia afim que o tornou hemiplégico ou como se refere “de repente foi atacado de uma paralisia parcial tirando-lhe esta todo o movimento do lado direito e tolhendo-lhe igualmente a fala” (LEAL, 1792, p. 25).

Tanto quanto se sabe José Francisco Leal não exerceu cargos administrativos na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e no Hospital Escolar da mesma Universidade. Contudo José Francisco Leal foi censor de obras. Tratou-se de um trabalho de natureza essencialmente científica e não propriamente um trabalho administrativo. José Francisco Leal foi censor da obra do seu colega Francisco Tavares *De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomodatus*, editada em 1786. Esta obra de Francisco Tavares está escrita em latim e é composta de três partes e alguns anexos. A primeira parte aborda o estudo dos recipientes e utensílios utilizados em farmácia (*Vasa, et Instrumenta Pharmaceutica*), dos pesos, das medidas e respectiva simbologia (*De ponderibus, et mensuris, atque eorum hieroglyphicis characteribus*) e, ainda, da escolha, colheita e conservação dos símplices (*Simplicium collectio, repositio, duratio*). A segunda parte da obra é destinada às preparações farmacêuticas (*De praeparationibus pharmaceutics*). A terceira parte do livro é inteiramente devotada aos medicamentos compostos (*De medicamentorum compositione, et mixtione*). Trata-se, portanto, de um livro de teor farmacêutico em que José Francisco Leal trabalhava com interesse e para a qual se encontrava melhor preparado cientificamente.

José Francisco Leal foi sobretudo um docente do saber médico em particular no domínio da matéria médica e da arte farmacêutica. Um saber médico que lhe foi transmitido na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e, também, no estrangeiro, como referimos. Contudo, não podemos afirmar em que medida e como é que as influências estrangeiras se fizeram sentir em José Francisco Leal. Legou-nos uma obra

escrita publicada postumamente e não temos conhecimento de outros elementos que nos possam dar indicações da sua atualidade científica a não ser a nota biográfica inserta na obra publicada postumamente na referida obra, as *Instituições ou Elementos de Farmácia* (1792) alguns anos após o seu falecimento.

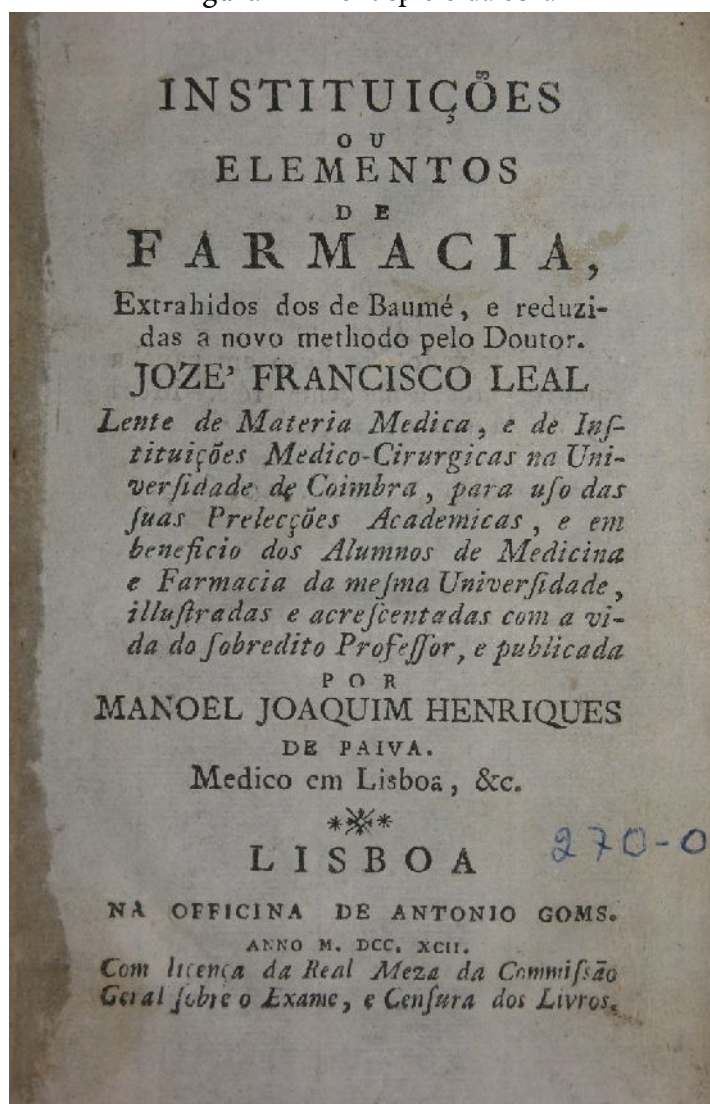
Francisco de Lemos o reitor reformador era inequívoco nas palavras seguintes ao referir-se ao ensino das ciências: "como estas Ciências se estão cada dia aumentando com descobrimentos novos pelo meio da Observação, e da Experiência; e se tem conhecido que não sendo os Professores ao mesmo tempo Mestres, e Inventores; não pode ser útil o mesmo Ensino Público"(LEMOS, 1777, pp. 229-230). E os próprios Estatutos de 1772 vão neste sentido. Isto é: que todos os professores fossem em simultâneo pedagogos e cientistas; que ensinassem de acordo com os mais modernos critérios científicos e que, em simultâneo, fizessem investigação. Era, igualmente, desejável que os professores publicassem manuais para o ensino. Nesta medida a produção escrita de José Francisco Leal foi escassa. Mas também foi escassa a publicação por parte de outros professores da Faculdade de Medicina e de outras Faculdades (PITA, 1996, p. 113 e seguintes). Provavelmente, se a saúde de José Francisco Leal não tivesse sido tão frágil e uma vida efémera talvez tivesse publicado algumas obras para além do livro que foi editado postumamente em 1792, isto é, cerca de seis anos após a sua morte, um livro intitulado *Instituições ou Elementos de Farmacia*. Trata-se de uma adaptação da obra de Antoine Baumé (1728-1804) intitulada *Eléments de Pharmacie*.

A publicação da obra *Instituições ou Elementos de Farmacia*

Nos finais do século XVIII as doutrinas galénicas mostravam-se insuficientes para explicar muitos processos e questões científicas médicas e farmacêuticas decisivas. A questão da divisão entre farmácia galénica e farmácia química era coloadá insistentemente. Se haveria duas farmácias ou se a farmácia, ela própria, deveria ser simultaneamente galénica e química. Muito sumariamente, várias questões se podem equacionar no final do século XVIII: por toda a Europa vai-se assistindo ao final da doutrina galénica no campo médico e farmacêutico; a escola médica de Boerhaave influenciou de modo decisivo o panorama científico; Lavoisier e seus colaboradores lançam as bases da moderna química; a

história natural e a botânica influenciaram e aprofundaram conhecimentos relevantes no campo da medicina e da farmácia; surgem as bases da medicina preventiva em função das condicionantes políticas, sociais e económicas; surge a primeira vacina contra a varíola; surgem as primeiras farmacopeias oficiais. Todo este estado de coisas fez-se sentir em Portugal e influenciou de modo mais ou menos profundo muitos autores médicos e farmacêuticos (PITA; PEREIRA, 2011).

Figura 2 - Frontispício da obra



Fonte: LEAL, José Francisco. **Instituições ou Elementos de Farmácia**.
Lisboa: Officina de António Gomes, 1792.

José Francisco Leal deixou um manuscrito de uma obra que foi publicada mais tarde pela mão de Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Trata-se das *Instituições ou Elementos de*

Farmacia e que foram publicados em 1792. Esta obra segue de perto a obra do boticário francês Antoine Baumé (1728-1804) e que intitulava *Eléments de Pharmacie théorique et pratique*, vulgarmente designada somente por *Eléments de Pharmacie* e que foi editada pela primeira vez em Paris em 1762 e que contou com nove edições até 1818¹². Este livro de Antoine Baumé, provavelmente uma das suas obras mais marcantes da sua época no campo farmacêutico, foi uma referência na ciência e na farmácia europeias do século XVIII (PITA, 2007, p. 177). Referimos que a obra de José Francisco Leal segue de perto a obra de Baumé porque não se trata de uma simples e rigorosa tradução. José Francisco Leal sublinha na sua obra alguns aspectos que lhe pareciam merecedores de alguns comentários fazendo algumas vezes algumas interpretações sobre alguns pontos que lhe mereceram maior atenção e inclusivamente cita outros autores seus contemporâneos como, por exemplo, William Lewis (1708-1781) ou Johann Friedrich Cartheuser (1704-1777).

José Francisco Leal escreveu claramente que "entre todos os que escreveram da Farmácia, nenhum o tem feito com tanta racionalidade, e exactidão, como Baumé" (LEAL, 1792, p. 67). Por esta razão José Francisco Leal refere que "dos seus Elementos tirei tudo quanto julguei conveniente. Parece-me contudo seguir com as suas mesmas opiniões outro método diferente do seu por me persuadir que o que proponho é muito mais natural, e mais fácil para se aprender, e reter esta arte científica" (LEAL, 1792, p. 67-68). De seguida inscreve que "também muitas coisas ajuntei tiradas de Lewis, Cartheuser, Sylvio e das mais estimadas obras Farmacêuticas até aqui publicadas" (LEAL, 1792, p. 68). Isto é: Leal não se limitou a traduzir a obra de Baumé. Adicionou-a tópicos diversos com origem noutros autores.

As *Instituições ou Elementos de Farmacia* têm um total de 481 páginas. O livro divide-se em quatro partes principais para além das partes introdutórias. As partes introdutórias contêm uma biografia sumária do autor, considerações diversas sobre a farmácia em geral, isto é, sobre os "vasos e instrumentos que servem na Farmácia" e, ainda, sobre os "pesos e medidas que estão em uso na Farmácia". As quatro partes principais da obra dividem-se em diferentes secções e estas secções subdividem-se em artigos e capítulos. A Parte I intitula-se: "Dos conhecimentos dos medicamentos". A Parte II designa-se "Da colheita, Escolha dos medicamentos". A parte III tem como título "Da Preparação dos

Medicamentos" e divide-se em duas secções diferentes. Cada uma destas secções está subdividida em diferentes artigos e capítulos. A parte IV intitula-se "Da Mistura, e combinação dos medicamentos". A parte final da obra tem um apêndice que incide sobre os remédios magistrais¹³.

Tudo parece indicar que a estruturação da obra bem como os seus objectivos têm como base o ensino realizado por José Francisco Leal na cadeira de Matéria Médica e Arte Farmacêutica após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra. Como referimos José Francisco Leal foi o primeiro lente de Matéria Médica após a reforma pombalina. Nesta medida, José Francisco Leal foi o fundador das áreas científicas e das linhas programáticas da disciplina após 1772 pois esta cadeira foi instituída depois da reforma pombalina da Universidade. Embora os Estatutos de 1772 estipulassem o âmbito e as linhas gerais da disciplina, José Francisco Leal organizou pedagogicamente a disciplina e pensou linhas doutrinárias orientadoras e alguns detalhes do programa. Muito provavelmente esta obra retrata essa linha pedagógica.

Devemos lembrar que o final do século XVIII caracteriza-se pelo final de uma linha de competição e de afirmação da medicação química relativamente à terapêutica galénica propriamente dita. Em Portugal a discussão entre galenismo e medicamentos químicos, ou entre galenismo e iatroquímica ou paracelsismo não terá tido a força que teve noutros países. Mas por vezes este assunto era muito equacionado. Isto é: se a farmácia era galénica ou química? José Francisco Leal traz esta questão para o seu livro, o que nos parece ser inevitável, e coloca o problema: se a farmácia deveria ser galénica ou se deveria ser química. Contudo, José Francisco Leal ultrapassa esta questão. Para José Francisco Leal esta discussão era inútil ou com muito poucos resultados. Para ele era mais importante considerar a Farmácia dividida em dois grandes grupos: a Farmacologia, como optou por chamar, e que se dividia em prática e em teórico-prática. A primeira, a Farmacologia prática, tinha como âmbito a preparação dos medicamentos, depois de escolhidas as matérias-primas para a sua preparação. A Farmacologia teórico-prática tinha como objectivo o conhecimento teórico sobre a natureza dos medicamentos bem como das matérias-primas que entravam na sua composição.

A Farmacologia prática ficaria a cargo dos boticários, enquanto que os médicos estavam reservados para a vertente teórico-prática da Farmacologia. José Francisco Leal estava consciente de que os limites para as estas duas vertentes da farmacologia ou da farmácia eram muito difusos. Por vezes mesmo os limites podiam ser ultrapassáveis e interpenetravam-se. Nesta medida, José Francisco Leal considerava que o boticário não deveria ser um mero executante, isto é, um trabalhador manual do medicamento e para o médico não deveria ficar reservada apenas a parte teórica, doutrinal do medicamento. Será bom lembrar que na transição do século XVIII para o século XIX havia uma diferenciação entre o trabalho do médico e o trabalho do boticário. Este era essencialmente um executante no sentido de ser um preparador de medicamentos, de alguém que trabalhava com os utensílios e instrumentos, tirando partido de operações farmacêuticas para preparar os medicamentos; nestas circunstâncias o boticário não deveria ter necessidade de muitos conhecimentos teóricos sobre os fundamentos da farmácia e do medicamento. E era sobre esta situação, que deveria ser ultrapassada, que José Francisco Leal escreveu: "Ainda entre nós vemos quase todos os Boticários pararem na empírica e superficial manualidade, ou manipulação dos remédios sem se internarem nos motivos dela, nem ao menos entreverem de longe, que nunca podem ser fiéis, e racionáveis práticos os que ignorarem as razões das suas preparações" (LEAL, 1792, p. 62-63). Isto é, no seu entender, os boticários deveriam dominar os conceitos teóricos para saberem com mais propriedade preparar os medicamentos. A farmácia, para José Francisco Leal, deveria ter o seu próprio corpo doutrinal (PITA, 1993). Embora o professor de Coimbra idealizasse para a farmácia um corpo doutrinal o que estava sobretudo em causa era a boa articulação entre os dois saberes.

Conclusões

A reforma pombalina da Universidade introduziu o ensino experimental na Universidade de Coimbra e esta nova organização sentiu-se, também, no ensino médico. A Matéria Médica e Arte Farmacêutica era a disciplina que ficou estabelecida no 1º ano do curso de medicina e que servia para a formação farmacêutica dos médicos e para a formação de boticários. José Francisco Leal foi o primeiro professor de Matéria Médica e Arte Farmacêutica após a reforma da Universidade de 1772. A sua formação científica mais

avançada foi feita no estrangeiro e por essa razão foi convidado a integrar o corpo docente da Universidade logo após a reforma pombalina da Universidade. Conhece-se pouco sobre a sua vida e obra. Um dos testemunhos mais relevantes do seu trabalho é a única obra que se conhece de sua autoria, publicada postumamente pela mão de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, intitulada *Instituições ou Elementos de Farmácia* (1792) e que reflete atualidade científica ao trazer para o ensino uma adaptação comentada dos *Éléments de pharmacie théorique et pratique* de Antoine Baumé.

Fontes e Referências

ALMEIDA, M.L. **Documentos da Reforma Pombalina**. 2 vols. Coimbra: Universidade, 1937-1979

ALVAREZ MORALES, A. **La Ilustración y la Reforma de la Universidad en la España del siglo XVIII**. 2ª ed. Jaén: Ediciones Pegaso, 1979.

ALVAREZ MORALES, A. La Reforma de la enseñanza en España y Portugal en la Ilustración: semejanzas y diferencias. In: **Universidade(s)-História.Memória. Perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade (No 7º Centenário da sua fundação)**. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", vol. 1, 1991, pp. 225-232.

BANDEIRA, A.M. Professores da Faculdade de Medicina (1772-1820). In **Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)**. vol. 2. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1985, pp. 359-461

BAUMÉ, A. **Éléments de pharmacie théorique et pratique**. 3ªed. Paris: Samson, 1773.

Compêndio Histórico do Estado da Universidade (1771). Coimbra: Universidade, 1972.

Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). 3 vols. Coimbra: Universidade, 1972

GOMES, J.F. **A reforma pombalina da Universidade (Nótula comemorativa)**, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972.

GOMES, J.F. **O Marquês de Pombal e as reformas de ensino**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982

GOMES, J.F. Pombal e a reforma da Universidade. In: **Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte**. Lisboa: Edições Brotéria, 1983, pp. 235-251.

LAIN ENTRALGO, P. **Historia de la Medicina**. Barcelona: Salvat, 1982

LOPEZ PIÑERO, J.M. **Ciencia y enfermedad em el siglo XIX**. Barcelona: Nexos, 1985

LEAL, J.F. **Instituições ou Elementos de Farmácia**. Lisboa: Officina de António Gomes, 1792.

LEMOS, F. **Relação Geral do Estado da Universidade (1777)**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1980.

LEMOS, M. Ribeiro Sanches à Leyde (1730-1731). **Jannus -Archives Internationales pour l'histoire de la Médecine et de la Géographie Médicale**, v. 16, , pp. 237-253, 1911a

LEMOS, M. **Ribeiro Sanches. A sua vida e a sua obra**. Porto: Eduardo Tavares Martins, 1911b

MACHADO, F. **Educação e cidadania na ilustração portuguesa: Ribeiro Sanches**. Porto: Campo das Letras, 2001

MIRABEAU, B.A.S. **Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872

PEREIRA, A.L.; PITA, J.R. José Francisco Leal (1744.1786). Do Brasil à Lusa-Atenas e pelo caminho a Europa. **In Vivo**, Coimbra, v. 2, n. 10, pp. 45-46, 2001

PITA, J.R. O conceito de Farmácia nas ' Instituições ou Elementos de Farmácia ' de José Francisco Leal - um contributo para a história do medicamento e da ciência farmacêutica portuguesa nos finais do século XVIII. **Medicamento, história e sociedade** (nova série), Lisboa, v. 1, n. 2, pp. 1-5, 1993

PITA, J.R. **A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico**. 2 vols. e anexos. Coimbra: Universidade de Coimbra - tese de doutoramento, 1995.

PITA, J.R. **Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)**. Coimbra: Livraria Minerva, 1996

PITA, J.R. **História da farmácia**. 3ª ed. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007

PITA, J.R. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. **Mneme. Revista de Humanidades**, Caicó, Rio Grande do Norte, v. 10, n. 26, pp. 91-102, 2009

PITA, J.R.; PEREIRA, A.L. A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea. **Estudos do Século XX**, Coimbra, v. 2, pp. 231-265, 2002

PITA, J.R.; PEREIRA, A.L. Farmácia e saúde em Portugal — de finais do século XVIII a inícios do século XIX. In: FORMOSINHO, S.J.; BURROWS, H.D. **Sementes de ciência. Livro de homenagem. António Marinho Amorim da Costa**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011, pp. 205-232

RODRIGUES, M.A. **Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937**. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992.

SANCHES, A.N.R. Metodo para aprender e estudar a Medicina. In: **Obras**. vol.1 Coimbra: Universidade, 1959, pp. 1-200.

TAVARES, F. **De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomadodatus**, Conimbricae: Typographia Academico Regia, 1786.

TORGAL, L.R.; DIAS, P. **A Universidade de Coimbra**. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

UNDERWOOD, E.A. **Boerhaave's men at Leyden and after**. Edinburgh: University Press, 1977.

VASCONCELOS, A. Visita do Marquês de Pombal a Coimbra para reformar a Universidade. **Revista da Universidade de Coimbra**, v. 6, pp. 141-182, 1917.

Agradecimentos

O presente artigo insere-se no âmbito da atividade de investigação realizada no Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UID/HIS/00460/2013), a quem os autores agradecem.

Artigo recebido em 31 de maio de 2016. Aprovado em 19 de julho de 2016.

Notas

¹ A Universidade de Coimbra foi fundada em Lisboa em 1290 no reinado de D. Dinis. Depois de ter alternado Lisboa com Coimbra, fixou-se definitivamente em Coimbra em 1537 no reinado de D. João III. Até 1911, a Universidade de Coimbra foi a única existente em Portugal. Com a implantação da República, em 1910, foram

fundadas as Universidades de Lisboa e Porto perdendo Coimbra o exclusivo universitário em Portugal. Sobre este assunto veja-se, por exemplo, o estudo global sobre a Universidade de Coimbra da autoria de Luis Reis Torgal e Pedro Dias (ver bibliografia final).

² Veja-se uma biografia de José Francisco Leal em João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, p. 525-528.

³ Na obra *Instituições ou Elementos de Farmacia*, 1792 inscreve-se uma biografia de José Francisco Leal. Esta biografia, da autoria de Francisco Luis Leal, fornece-nos uma significativa informação sobre os pais de José Francisco Leal e sobre a vida do próprio José Francisco Leal. Sobre a sua vida de professor na Universidade de Coimbra veja-se o seu processo no Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C. - LEAL, Doutor José Francisco. IV-1ºD-6-5). Veja-se, também, Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*.

⁴ Bernardo António Serra de Mirabeau na sua obra *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*, sugere que Leal terá estudado Medicina nalguma escola estrangeira (p.260).

⁵ A figura multifacetada de Ribeiro Sanches tem suscitado diversos estudos. Veja-se, por exemplo, Fernando Machado, *Educação e cidadania na ilustração portuguesa*. Ribeiro Sanches.

⁶ "Nova fundação", "Nova reformação", "Nova criação", são designações utilizadas nos textos oficiais e doutrinários da época para designar a nova orientação que estava em curso na Universidade de Coimbra, conferida pelos Estatutos pombalinos. Veja-se: Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*; *Compêndio Histórico do Estado da Universidade (1771)*; António de Vasconcelos, *Visita do Marquês de Pombal a Coimbra para reformar a Universidade*.

⁷ Carta Régia de 23 de Dezembro de 1770.

⁸ A legislação da reforma pombalina da Universidade pode ser consultada em: Manuel Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*.

⁹ Em anexo à *Filosofia Natural* encontravam-se os estudos de *Filosofia Racional e Moral*.

¹⁰ Sobre os estabelecimentos pombalinos sua fundação e institucionalização veja-se: João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, p. 37 e seguintes. Do mesmo autor veja-se o estudo aprofundado e que insere J.F. Leal nos estudos médicos da reforma pombalina: *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*.

¹¹ Servimo-nos da edição seguinte: António Nunes Ribeiro, "Metodo para aprender e estudar a Medicina". In: *Obras*. vol.1. Coimbra: Universidade, 1959, pp. 1-200.

¹² Consultámos a edição de 1773. Antoine Baumé, *Éléments de pharmacie théorique et pratique*, 3ªed.

¹³ No livro, depois da parte III encontra-se uma parte IV, no seguimento das formas farmacêuticas para uso externo. Julgamos que por lapso não deveria vir parte IV mas antes capítulo IV pois surge na sequência normal dos capítulos anteriores.